

A Cidade enquanto Museu a Céu Aberto: a Experiência da Revitalização do Centro Histórico de Santos/SP

RESUMO

Os projetos de revitalização de centros urbanos ao redor do mundo cada vez mais se caracterizam, por um lado, por instrumentalizar a cultura enquanto mercadoria e, por outro, como meio para atrair novos públicos frequentadores a essas regiões (Bidou-Zachariasen, 2006; Kara-José, 2007). Essas áreas, antes símbolos do progresso trazido pelo processo de modernização das cidades na passagem do século XIX para o XX, passaram por períodos de desinvestimento e desvalorização. Assim, se tornaram espaço de interessante diversidade: a burocracia política local, o comércio popular, sedes de grandes empresas e, ainda, grupos associados à pobreza, que ali residem na forma de cortiços. Em Santos-SP, o projeto de intervenção no centro se pretende um *museu a céu aberto*, ao incorporar uma série de símbolos do que seriam “os velhos bons tempos” da cidade (Oliveira, 2002) como “atrativos”: as ruas estreitas, iluminações próprias do início do século XX e imóveis tombados como patrimônio histórico, devidamente restaurados. Há perspectiva, ainda, de criação de novos museus, na busca por um ambiente quase cenográfico. Esse modelo de política pública para o centro da cidade busca diferenciá-la no contexto de competição inter-cidades (Harvey, 1989) como pólo atrativo de turismo histórico-cultural, tido como uma possibilidade interessante para o desenvolvimento local. Nesse contexto, o centro se constituiria como um verdadeiro espaço de consumo de mercadorias e experiências simbólicas, inspirado pelos equipamentos culturais (Featherstone, 1995). Detalhar esse projeto de museu a céu aberto e estudar como se relaciona com os movimentos sociais locais – como a Associação dos Cortiços do Centro, discutindo a questão da acessibilidade do espaço público a esses grupos é objeto desse artigo. Os efeitos desse projeto na memória local – sempre seletiva, fenômeno construído e constituinte do sentimento de identidade (Pollack, 1992) – associada, preferencialmente, ao café também serão problematizados neste trabalho.

Lúcio Nagib Bittencourt
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo
da Fundação Getulio Vargas- SP
São Paulo-SP
Rua Nicolau de Sousa Queiroz, 537, apto 63. CEP 04105-002
(11) 8397-6643
lucionb@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os projetos de revitalização de centros urbanos ao redor do mundo cada vez mais se caracterizam, por um lado, por instrumentalizar a cultura enquanto mercadoria e, por outro, como meio para atrair novos públicos frequentadores a essas regiões. Nesse sentido, podemos citar experiências internacionais como Barcelona (Bidou-Zachariasen, 2006) ou brasileiras como São Paulo (Kara-José, 2007) e Recife (Leite, 2004).

O contexto dessas políticas urbanas está relacionado com o fato de que essas áreas, antes símbolos do progresso trazido pelo processo de modernização das cidades na passagem do século XIX para o XX, passaram por períodos de desinvestimento e desvalorização. Dessa maneira, tornaram-se espaço de interessante diversidade: a burocracia política local, o comércio popular, sedes de grandes empresas ou, ainda, grupos associados à pobreza, que ali residem de maneira precária, na forma de cortiços – no caso brasileiro, ou as *vecinidades*, conforme o caso mexicano (Bidou-Zachariasen, 2006).

Santos, cidade do litoral do estado mais rico da federação brasileira, São Paulo, também tem em curso um projeto de intervenção para o seu centro, que se pretende um *museu a céu aberto*. Isso porque ali se pretende incorporar uma série de símbolos do que seriam “os velhos bons tempos” da cidade (Oliveira, 2002) como “atrativos” para o “centro histórico”: as ruas estreitas, a iluminação pública reconstruída de maneira a remeter ao início do século XX e os imóveis tombados como patrimônio histórico, devidamente restaurados. Há perspectiva, ainda, de criação de novos museus, na busca por um ambiente quase cenográfico.

Esse modelo de política pública para o centro da cidade busca diferenciá-la no contexto de competição inter-cidades (Harvey, 2005) como pólo atrativo de investimentos e turismo histórico-cultural, tido como uma possibilidade interessante para o

desenvolvimento local. Nesse contexto, o centro se torna em si um espaço de consumo de mercadorias e experiências simbólicas, inspirado pelos equipamentos culturais (Featherstone, 1995).

Detalhar esse projeto de museu a céu aberto e estudar como se relaciona com os movimentos sociais locais – como a Associação dos Cortiços do Centro, discutindo a questão da acessibilidade do espaço público e dos equipamentos culturais restaurados e preservados a esses grupos é o objeto desse artigo. Os efeitos dessa política na memória local – sempre seletiva, fenômeno construído e constituinte do sentimento de identidade (Pollack, 1992) – associada, preferencialmente, às elites locais também serão problematizados neste trabalho.

1. O Plano de Revitalização do Centro Histórico de Santos

Nesse primeiro tópico será apresentado o atual Plano de Revitalização do Centro Histórico da cidade de Santos. Antes, contudo, traremos uma perspectiva histórica desse lugar e suas relações com a cidade, para entender o contexto no qual surge a necessidade de “revitalizá-lo”. Por fim, com o objetivo de melhor caracterizá-lo, observaremos algumas semelhanças dessa política quando comparada com as experiências de outras cidades, nas quais os governantes locais buscaram “inspiração”.

1.1 Breve histórico do centro de Santos

Apesar de fundada no ano de 1532, é apenas na segunda metade do século XIX que Santos começará a crescer e preencher um lugar de relevância no plano nacional. Essa transformação estará intimamente ligada à expansão da cultura do café no Estado de São Paulo, à construção da linha ferroviária que ligava quase toda a produção do Estado a Santos e a expansão de seu porto, necessária para se adaptar à nova demanda. Como

resultado, já no início do século XX, o porto de Santos é responsável pela exportação de cerca de dois terços de toda a produção nacional de café (Gitahy, 1986).

As mudanças que a cidade iria enfrentar naquele início de século, então, seriam bastante significativas para seu futuro. A incorporação de milhares de imigrantes europeus na força de trabalho portuária, a consolidação da elite local com base no comércio – em especial na exportação - do café, o pequeno comércio sob propriedade dos portugueses, serão algumas das características que irão influenciar as questões políticas locais (Lanna, 1996).

Quando levamos em consideração que, no início do novecentos, a cidade se concentrava na região que hoje se denomina “centro histórico”, começam a surgir novos aspectos relevantes. O adensamento populacional foi bastante acentuado na cidade:

Em 1889 a cidade tinha (...) aproximadamente 15.600 habitantes e 2.000 casas. O aspecto geral era horrível. Nos dias de chuva, as ruas sem calçamento transformavam-se em lagos. As casas estavam sendo rapidamente transformadas em cortiços “para abrigar imigrantes que chegavam para trabalhar nas obras do porto” (Lanna, 1996, p. 70).

Ao mesmo tempo, “uma estatística municipal constata a existência de 771 cortiços, dos quais 478 considerados em mau estado, no ano de 1891” (Gitahy, 1986, p. 70). Essa situação se acentuará, ainda, com o agravamento de epidemias que irão dizimar milhares de habitantes, bem como justificar a intervenção de outras esferas de governo no âmbito municipal, uma vez que esses fatos poderiam comprometer o bom funcionamento da economia baseada na exportação de café.

Dessa maneira, a crise provocada pelo surto de crescimento que acometeu a cidade no final do século XIX e início do XX terá como resposta uma “política de intervenção urbana com forte cunho sanitarista e que acabava por excluir a população pobre” (Lanna, 1996, p. 72) – o que irá lembrar a semelhante intervenção que sofreu o Rio de Janeiro no mesmo período (Chaloub, 1996).

Vale lembrar que, nessa mesma época, o movimento operário e sindicalista, em Santos, ganhava força e começava a se organizar, publicar seus próprios periódicos e promover as primeiras greves no porto (Gitahy, 1986). O que significa dizer que a remodelação urbana do centro de Santos, não foi feita sem o enfrentamento de um conflito.

Para superá-lo, foi necessária a criação de um consenso com base na “higiene como ideologia” (Chaloub, 1990, p.13), justificada pela “imperiosidade do progresso” (Lanna, 1996, p.79) e pelo saber científico, capaz de legitimar “uma política repressiva e destruidora de formas de vida e associação, sobretudo das classes trabalhadoras” (Lanna, 1996, p.79). A saúde da cidade, portanto, era o bem coletivo que se objetivava, pelo qual teria que se aceitar as conseqüências.

Apesar de todo o investimento que foi destinado ao Centro - a demolição de cortiços, a abertura de novas ruas e a construção de praças e equipamentos de cultura e lazer voltados para as elites locais - o decorrer do século XX viu nova transformação da região.

O crescimento e desenvolvimento de outras áreas da cidade provocaram um *deslocamento de centralidade* (Melé, 2006): novos núcleos comerciais, a diversificação no trabalho voltada para o setor de serviços e a ocupação e valorização da região das praias, concentraram os investimentos em outras localidades. A proibição do uso do Centro para moradia, nos anos 60 – por meio da Lei Complementar 3529/68, que

instituiu um Plano Diretor no município –, também colaborou nesse sentido, favorecendo o predomínio da população mais pobre no local, retratada, novamente, pelos cortiços.

1.2 Intervenções urbanas recentes e o Alegria Centro

É nesse contexto que, já na década de 1980, começam a se desenhar algumas políticas de intervenção urbana no centro da cidade. Nas gestões de Oswaldo Justo (PMDB, 1985-1988), Telma de Souza (PT, 1989-1992) e David Capistrano (PT, 1993-1996) medidas como o restauro de alguns imóveis, a criação da Fundação Arquivo e Memória de Santos e do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (CONDEPASA), acompanhados de políticas de conservação de fachadas de edifícios históricos no centro, permitem observar que, gradativamente, esse espaço começa a fazer parte dos planos de governo municipal.

É sob o governo Beto Mansur (PP, 1997-2002), contudo, que as ações referentes ao centro da cidade ganham força. Apoiado pelo movimento Centro Vivo - composto por empresários locais, cujos objetivos eram: evitar a saída de empresas do Centro, incentivar pessoas de fora da cidade a visitar o Centro e manter as fachadas históricas, por meio de isenção da taxa de obra e do IPTU como benefício –, essa gestão forma parceria com o governo do Estado, possibilitando o início das intervenções em edificações simbólicas da cidade, como a Estação Ferroviária do Valongo, os teatros Coliseu e Guarany (ainda não concluído) e a Bolsa do Café. Houve, ainda, a reativação de uma linha de bonde, antigo meio de transporte público local, que percorre uma rota turística da qual fazem parte um ambiente que remete ao início do século XX, o que gerou grande interesse por parte da imprensa e também de santistas e turistas.

Mas é ao final de seu primeiro mandato que o então prefeito começa a articular um programa específico para o centro: o Alegria Centro. Liderado pelo então vice-prefeito eleito João Paulo Tavares Papa, foi recriada a Secretaria do Planejamento no município – extinta em gestões anteriores -, para que conduzisse um plano de revitalização da região, calcado em incentivos fiscais e no estabelecimento de diretrizes urbanísticas.

A concepção inicial do projeto teve Barcelona e Recife como maiores referências, mas também se inspirou nas revitalizações de Belém e Buenos Aires, principalmente no que tange a projetos do tipo *waterfront* - isto é, que prevêm a utilização de áreas portuárias ociosas para lazer. Após algumas alterações sugeridas por conselhos municipais e outras secretarias da prefeitura, o Programa de Revitalização e Desenvolvimento da Região Central Histórica de Santos surgiu na forma da LC 470/03, também conhecido como “Alegra Centro”.

Em 2001, já havia sido aprovada a LC 448/01, que criou as Áreas de Proteção Cultural – APCs. Essa lei impõe maiores restrições a utilizações dos imóveis do centro, impedindo, por vezes, modificações internas e externas, assim como a conservação das fachadas, da volumetria e do telhado. Ela prevê, também, benefícios fiscais em troca da preservação ou restauração desses imóveis.

Dessa maneira, é possível observar que existem duas perspectivas que se entrelaçam nessa visão de política pública: a primeira ligada à revalorização imobiliária, buscando atrair a iniciativa por meio de incentivos fiscais; a segunda, relacionada ao patrimônio histórico local, busca promover restaurações e preservações de fachadas de imóveis abandonados, procurando criar um ambiente que remete a um passado da cidade.

Deve-se observar, então, que essas características estão presentes nas experiências semelhantes de outras cidades do mundo.

1.3 A influência das experiências de outras cidades

Diversas cidades ao redor do mundo têm, hoje, políticas urbanas especificamente voltadas para os seus centros. Santos, conforme declaram seus governantes locais, busca inspiração em cidades como Buenos Aires, Belém, Barcelona e Recife. Alguns empresários locais, por sua vez, atuaram na consolidação dessa política tendo a cidade de São Paulo como exemplo. Ainda assim, existem outras inúmeras experiências, que também apresentam importantes semelhanças entre si.

O contexto no qual se aplicam essas políticas está associado à imagem de abandono e degradação dos centros urbanos: áreas que no passado concentraram o comércio, a habitação de diferentes grupos sociais, os espaços públicos e os principais equipamentos de cultura e lazer, teriam se tornado abrigo apenas para grupos delinquentes, violentos, que, associados à pobreza, fizeram do centro um lugar “infreqüentável” - para determinados grupos.

E serão esses grupos que capitanearão as políticas públicas de “recuperação” dessas áreas, procurando criar um novo ciclo de investimentos capaz de revalorizar as terras dos centros. Dessa maneira,

It focuses on ‘making cities livable’, meaning livable for the middle class. In fact, and of necessity, they have always been ‘livable’ for the working class. The so-called renaissance is advertised and sold as bringing benefits to everyone regardless of class, but available evidence suggests otherwise. (Smith, 1996)

Trata-se de um modelo de desenvolvimento baseado no fortalecimento de atividades lucrativas, configurando os centros históricos como “espaços competitivos” (Hiernaux-Nicolas, 2006). O geógrafo David Harvey (2005), ao analisar o fato de esse tipo de política ter se espalhado como um modelo a ser adotado em muitas cidades de regiões distintas, conclui que se trata da busca por “rendimentos monopólicos”. Ou seja: a exploração das tradições locais, representadas pelo patrimônio local, é bastante atrativa para alcançar a diferenciação no contexto de competição inter-cidades por investimentos, do qual o turismo se constitui como um dos retratos mais óbvios dessa realidade. Nesse sentido, é notável

(...) o papel revigorado da cultura nas cidades ocidentais contemporâneas, cada vez mais centros não somente do consumo cotidiano, mas também de uma extensa série de mercadorias e experiências simbólicas produzidas pelas indústrias culturais (das artes, do entretenimento, do turismo, do patrimônio histórico). (Featherstone, 1996, p. 44-5)

A cidade de Barcelona, por exemplo, suposto símbolo de empreendimento de sucesso, buscou se transformar na “capital cultural européia”, para isso explorando a sua herança de patrimônio arquitetônico modernista, constituída à época de Gaudí, e criando novos espaços culturais, como as recentes intervenções nos bairros da Ciutat Vella, onde são símbolos o novo Museu de Arte Contemporânea (MacBA) e a reforma do Mercat de Santa Catarina.

A idéia de que os equipamentos culturais e o patrimônio, revalorizados, são capazes de atrair um novo ciclo de investimentos ao seu redor, consituindo-se, assim, em “âncoras culturais” (Kara-José, 2007) é o que transforma, contraditoriamente, os centros urbanos

“revitalizados” em lugares muito parecidos entre si, homogeneizados, com lojas e restaurantes das mesmas corporações em cidades diferentes. O que os diferencia, então – a “laminação a ouro” à qual se refere Sennett (2006) – é justamente a tradição e a memória locais. E, por isso, a luta pela constituição formal de um “patrimônio” local é cada vez mais freqüente nas cidades.

O consumidor busca o estímulo da diferença em produtos cada vez mais homogeneizados. Ele se parece com um turista que viaja de uma cidade clonada para outra, visitando as mesmas lojas, comprando em cada uma delas os mesmos produtos. Mas o fato é que viajou. (Sennett, 2006, p. 137)

É importante destacar, ainda, os impactos dessas políticas de revalorização na população que *habita* esse centro “degradado”. Ao invés de promover-lhes protagonismo na transformação do espaço onde vivem, o que lhes é reservado, muitas vezes, é a expulsão do “novo” centro:

Tiraram-se os pobres, mendigos, prostitutas, bares de má-fama com seus rufiões, botecos sujos e tristes, pensões baratas com suas fileiras de redes, substituídos por maquiagens do que se considera, então, ‘os velhos bons tempos’. Esvazia-se a história de quem viveu lá; em lugar da memória, o esquecimento. Trata-se de operações de elevação da renda da terra urbana, vale dizer, de uma acumulação primitiva pela via do investimento público. Outra vez, privatizou-se o público, mas não se publicizou o privado: sobe a renda da terra e a parcela dos novos proprietários no excedente social, e decresce a parcela de todos os ‘sem’. Nenhum critério que publicize o lucro, no sentido de introduzir

nele o conflito. A justificativa está sempre à mão: novos empregos, aumento da renda, da segurança, da convivialidade. Entre iguais. E distância dos desiguais. (Oliveira, 2002)

Essas características estarão muito presentes na experiência de “revitalização” do centro de Santos, inclusive as operações de memória e esquecimento por meio do (ab)uso do patrimônio histórico local.

2. A construção do “museu a céu aberto” – o patrimônio local e o centro

Nesse momento, torna-se importante focar a análise nas relações dos usos e funções atribuídas ao patrimônio histórico no contexto da “revitalização” do centro de Santos. Para tanto, devemos observar que a própria noção de “centro histórico” se trata de uma construção discursiva, capaz de redefinir os usos daquela região da cidade. Assim, deve-se entender, também, em que sentido a cultura e o patrimônio são instrumentalizados nessa “transformação” do centro da cidade em um “museu a céu aberto”.

2.1 A construção do lugar “centro histórico”

Neste primeiro momento, torna-se importante observar a construção do lugar “centro histórico” em Santos. Como vimos, existem aspectos locais e globais relacionados com a questão do centro da cidade; não se trata de hierarquizá-los quanto aos seus efeitos, mas sim percebê-los como parte dos conflitos e disputas por um lugar:

*(...) o global e o local se entrecruzam no **lugar**, junto com o virtual. Todos são produtos sociais com graus diferentes de intermediação. O **lugar**, em constante construção, é aquilo que temos; não há nada além dele. Seus horizontes e limites são produzidos e disputados por nós mesmos. (Spink, 2001, p. 16)*

Dessa maneira, ao atentarmos para o “centro histórico” como um lugar devemos levar em conta as disputas que permitiram a construção desse espaço específico na cidade.

Buscando caracterizar as experiências relacionadas com as intervenções nos centros de cidades mexicanas, Patrice Melé observa que a atribuição de valores simbólicos e históricos para essas áreas, permite a reunião de diferentes lugares em prol de um só discurso. Além disso, ocorre a instrumentalização do patrimônio local:

A política do patrimônio permitiu a progressiva constituição do centro e do centro histórico como um campo de intervenção específico dos poderes públicos mexicanos. Esses centros históricos foram progressivamente institucionalizados. E não apenas: este espaço torna-se espaço de referência das medidas de proteção do patrimônio, mas também da reorganização dos fluxos e usos da rua; um espaço de referência dos documentos de planificação; e um sub-espaço particular a ser tomado em conta no campo da gestão urbana cotidiana. A progressiva constituição de um campo particular de intervenção permitiu reunir diferentes tipos de espaços (Melé in Bidou-Zachariassen, 2006)

Aqui encontramos importantes semelhanças com o centro de Santos. Ainda que a revalorização imobiliária, através da política de isenção fiscal para ocupação de atividades produtivas em imóveis abandonados do centro, seja o foco que mais se relaciona com o termo adotado de “revitalização”, é a política de patrimônio que irá legitimá-la de maneira mais incisiva. Ou seja: é a transformação do espaço em “centro histórico” que irá viabilizar todas essas alterações, permitindo a adoção de uma política multi-facetada – urbana e patrimonial.

É necessário notar, ainda, que o centro de Santos reúne diferentes realidades: o comércio popular, as grandes empresas que atuam no comércio do porto, os empresários do café, os cortiços, as instituições públicas como a prefeitura municipal, os imóveis abandonados, os preservados e os restaurados. O termo “centro histórico”, contudo, é capaz de abarcar todos esses lugares do centro em torno de um só objetivo – “salvar o centro histórico”:

A reunião desses diferentes tipos de espaço tem uma eficácia dupla nos discursos e nas representações do centro. De uma parte, toda ação em favor do centro histórico pode ser apresentada como uma ação contra o declínio urbano: ‘salvar o centro histórico’ se aplica indiferentemente sobre o conjunto do centro; por outro lado, a imagem da ‘vecinidad’ [semelhante aos cortiços brasileiros], do palácio do governador, do museu e do banco estão unidas por um destino comum. (Melé in Bidou-Zachariasen, 2006)

2.2 O “centro histórico” como Museu a céu aberto

Vimos, até aqui, que a política de patrimônio é capaz de revestir ao centro um valor simbólico que legitima uma intervenção urbana que vai além das questões de preservação e restauro. Mas que tipo de ambiente ela criará, então, tendo como base o patrimônio local?

Em Santos, a política patrimonial que permitirá a criação discursiva da existência – e, portanto, carente de preservação – de um “centro histórico” terá como parâmetro a reconstrução de um “passado glorioso” da cidade, romantizado e nostalgicamente reconstruído. As intervenções remeterão ao início do século XX, época em que o porto se encontrava em franca expansão como consequência do sucesso do negócio do café.

Esse contexto, que enriqueceu e consolidou certos grupos como elites constituintes do poder local, será reificado como cerne da identidade santista.

Dessa maneira, os imóveis, hoje considerados patrimônio e construídos à época, ganharão prioridade no restauro – com verbas de grandes corporações que destinam fundos a obras culturais, recebendo, em troca, incentivos fiscais -, como os teatros Coliseu e Guarany. A Estação do Valongo, ponto de chegada da linha férrea Santos-Jundiaí, importante rota do café, também foi restaurada. Outro símbolo relacionado ao café tem grande importância nesse processo: o restauro da Bolsa do Café, recentemente tombada como patrimônio histórico nacional¹.

Para recriar a atmosfera dos anos 1920, contudo, é necessário, ainda, o restauro das fachadas dos imóveis comuns, que, como vimos, encontravam-se abandonados. A ocupação das novas atividades comerciais foi obrigada a cumprir especificidades previstas na lei do Programa Alegria Centro, como os modelos de placas publicitárias, supostamente da maneira como eram usadas naquela época.

A rota turística percorrida por um bonde, também conta com elementos fantasiosos. O próprio bonde simboliza uma reconstrução do passado no momento em que reaparece como elemento da identidade santista – atual marca turística da cidade -, esquecendo-se as décadas que permaneceu em obsolescência. Ele passa por imóveis tombados e restaurados, igrejas entre outros pontos turísticos, sendo conduzido, inclusive, por condutores fantasiados, tentando, mais uma vez, reproduzir, de maneira romantizada, as primeiras décadas do século XX.

As próprias ruas, por sua vez, remetem ao passado. Aproveitando-se seus traçados estreitos, ainda oriundos da primeira ocupação do centro, é por elas, majoritariamente, que o bonde passeia, em meio a postes de iluminação pública reconstruídos, mais uma

vez remetendo a um suposto passado. No mesmo sentido, os fios de eletricidade e telefone da principal rua do “centro histórico”, a XV de Novembro, foram realocados em passagens subterrâneas, para não atrapalhar essa atmosfera artificial.

Diversos autores fazem referência a essas re-significações que tomam lugar nos centros urbanos atualmente. Jeremy Rifkin explica que, o que está a venda, por meio dessas políticas públicas, é uma experiência, já que “o turismo não é nada mais que a transformação da experiência cultural em commodity” (2004, p. 118). Dessa maneira:

Reconstruções “naturais” e “históricas” passaram a ser cada vez mais populares, à medida que o público foi se desacostumando aos parques temáticos como Disney World. (...) Algumas cidades norte-americanas têm revitalizado suas áreas centrais com reconstruções “temáticas” (...). Essas atrações turísticas, que misturam fantasia e realidade, atraem visitantes que buscam coisas incomuns em um ambiente seguro, dramático e divertido. (Rifkin, 2001, p. 121)

A historiadora Françoise Choay (2006) relata sua preocupação quanto aos usos atribuídos aos centros históricos, ainda que “tendo se tornado patrimônios históricos de pleno direito”, sempre relacionados com a lógica de revalorização desses espaços:

Reconstituições “históricas” ou fantasiosas, demolições arbitrárias, restaurações inqualificáveis tornaram-se formas de valorização correntes. (Choay, 2006, p. 214)

Tendo em vista, portanto, a utilização desse patrimônio com a perspectiva de explorá-lo enquanto atividade turística, expressa-se, no “centro histórico”, o valor de exposição ao

qual se refere o filósofo Giorgio Agamben, associado a um fenômeno de museificação da cidade:

A impossibilidade de usar tem o seu lugar tópico no Museu. A museificação do mundo é atualmente um dado de fato. Uma após outra, progressivamente, as potências espirituais que definiam a vida dos homens – a arte, a religião, a filosofia, a idéia de natureza, até mesmo a política – retiraram-se, uma a uma, docilmente, para o Museu. Museu não designa, nesse caso, um lugar ou um espaço físico determinado, mas a dimensão separada para a qual se transfere o que há um tempo era percebido como verdadeiro e decisivo, e agora já não é. O Museu pode coincidir, nesse sentido, com uma cidade inteira (...), com uma região (...), e até mesmo com um grupo de indivíduos (...). De forma mais geral, tudo hoje pode tornar-se Museu na medida em que esse termo indica simplesmente a exposição de uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência. (Agamben, 2007, p. 73)

Nesse sentido, é possível afirmar que o “centro histórico” reconstruído de Santos é um projeto de Museu a céu aberto, na medida em que se trata da exposição do patrimônio local, com fins turísticos, re-significando um passado que, no presente, não cabe mais.

2.3 A memória seletiva do “centro histórico”

David Harvey, ao analisar essas políticas públicas que buscam criar um ambiente singular nas cidades, o que seria capaz de atrair para ela importantes investimentos, faz interessantes considerações:

Está em andamento a luta para acumular marcas distintivas e capital simbólico coletivo num mundo altamente competitivo. Mas isso traz em sua esteira todas as questões localizadas sobre a memória coletiva de quem, a estética de quem e quem se beneficia. (...) Tais contestações podem ter conseqüências políticas generalizadas, ainda que indiretas. O acúmulo de capital simbólico coletivo, a mobilização de memórias e mitologias coletivas e os apelos a tradições culturais específicas são facetas importantes de todas as formas de ação política (tanto de esquerda quanto de direita). (Harvey, 2005, p. 163)

É notório que as políticas de patrimônio incidem no processo de construção da memória local. Em Santos, por se tratar de uma operação que resgata os edifícios erguidos com a riqueza trazida pelo comércio do café, essa memória estará intimamente relacionada, não com a história da cidade, mas à desses grupos:

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado e, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica ou saudosista, constituindo tudo isso de afirmação elitista. Vive-se do passado, das glórias dos outros tempos. A preservação de bens culturais para ela constitui a obrigação de manter viva a memória dos avós. (Lemos, 1987, p.31)

O que é necessário ressaltar, portanto, é que o início do século XX consolidou uma elite local na cidade (Lanna, 1996), grande beneficiada dessa re-significação do passado, tanto pela revalorização imobiliária da região onde ela reserva investimentos, mas também por legitimá-la como portadora da identidade local, o que tem influência quanto

aos arranjos de poder local. Deve-se levar em consideração que a política de “revitalização” do centro de Santos é diretamente influenciada por grupos como os empresários do café, os comerciantes locais - que, à época, “formava quase um poder paralelo” no município (Lanna, 1996, p. 65) - e a associação dos construtores civil. Todos eles, com grandes interesses em uma política que siga esse modelo.

Dessa maneira, o historiador Michael Pollack nos demonstra que, apesar de a política pública se apresentar como de resgate e preservação da memória santista - e, assim, um movimento pelo bem coletivo – é necessário ter cuidado com os conceitos em questão: a memória é, ao mesmo tempo, “seletiva”, “um fenômeno construído” e “elemento constituinte do sentimento de identidade” e, por isso, constantemente em disputa entre grupos sociais (Pollack, 1992). O que o autor chama de “trabalho de enquadramento da memória”, está intimamente com o processo em curso na cidade:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (Pollack, 1989, p.3-15).

Vemos, portanto, que a memória que essa política de patrimônio “enquadra” o passado: onde estariam os trabalhadores portuários? Onde estariam os cortiços do início do século XX? Essas memórias da cidade estão em curso de esquecimento; essa política,

nesse sentido, produz uma nova exclusão dos grupos pobres que habitavam o centro àquela época, moradores de cortiço, que ainda somam 14.500 na região do “centro histórico”, e que observam ser construída uma memória que não lhes inclui.

3. A nova exclusão do “centro histórico”

O patrimônio restaurado, as novas opções de cultura, lazer e consumo, ou seja, o Museu a céu aberto construído – concreta e simbolicamente -, não pertence aos moradores dos cortiços da região central de Santos. Pelo contrário: o programa Alegria Centro apenas reforçou as barreiras simbólicas capazes de excluí-los. E, uma vez que um dos objetivos dessa política é a de atrair públicos de maior renda ao centro da cidade, as fronteiras que se estabeleceram são, também, uma questão de renda.

Modos de vestir-se, comer, percorrer certos itinerários urbanos, ocupar certos espaços e transformá-los em lugares (ainda que efêmeros), nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e demarcar formas específicas de pertencimento. (...) os diferentes sentidos atribuídos aos lugares e a forma como são apropriados (consumidos) demarcam as tensões e disputas em torno dos usos e sentidos atribuídos aos espaços urbanos enquanto espaços públicos. (Leite, 2004, p. 67)

Para se freqüentar um teatro restaurado que agora recebe grandes espetáculos musicais e teatrais, portanto, há de se responder a uma dupla qualificação: a primeira, concerne à disponibilidade para se pagar o preço do ingresso no teatro; a segunda, também relacionada à entrada naquele, diz respeito ao pertencimento. Ainda que se defenda o restauro do Teatro Coliseu, por exemplo, como uma política de patrimônio, que trouxe de volta a freqüência, no centro, das elites locais que agora habitam a região das praias,

essa atração não se reflete para os moradores do centro, que, gradativamente, são expulsos do “centro histórico”.

A questão do acesso, trabalhada por Jeremy Rifkin, está totalmente relacionada com essa realidade conflituosa entre o “centro histórico” de Santos e os moradores de cortiços:

Porteiros refere-se às instituições e indivíduos que determinam as regras e condições de admissão e controlam quem tem acesso e quem é barrado de uma sociedade baseada em rede. Como as relações de propriedade, as relações de acesso devem criar distinções. Com a propriedade, a distinção é entre aqueles que não têm posses. Com o acesso, a distinção é entre aqueles que estão ligados e aqueles que estão desconectados. Tanto as relações de propriedade quanto as de acesso, então, são relacionadas à inclusão e à exclusão. No primeiro caso, a separação é entre ricos e pobres. (...) No último caso, a separação é entre aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora. (Rifkin, 2001, p. 145)

Vê-se, portanto, que a disputa pelo lugar “centro histórico” é, ao mesmo tempo, política e simbólica, entre forças desiguais. Ainda que organizados na Associação dos Cortiços do Centro (ACC) e com grande sucesso na busca por efetivação de direitos, como a construção de uma quadra pública de lazer, movimentos culturais, incluindo grupos de dança de jovens da comunidade, a luta por financiamento para construção de moradia popular por meio de mutirão na própria região central da cidade, os desdobramentos dessa política pública parecem prevalecer.

A linha turística do bonde está em processo de expansão, estando prevista a abertura de nova licitação para construção de novos trilhos já para o ano que vem. A idéia do

governo local é de que o bonde é capaz de revalorizar o centro degradado; dessa maneira, a expansão de seu circuito turístico significaria ampliar o “centro histórico”.

Para que a rota permaneça turística, contudo, é necessário criar novos atrativos. Dessa maneira, a política de instrumentalização do patrimônio segue em curso, buscando a consolidação de novos centros culturais e o restauro de novos imóveis abandonados, pelo poder público e pela iniciativa privada.

No mesmo sentido, estuda-se a revisão do Plano Diretor da cidade, para alteração das regras para construção de novos edifícios no lugar: ou seja, mesmo a política de preservação se encontra em risco, já que o objetivo é atrair a iniciativa privada com melhores oportunidades de exploração da terra através da permissão para edifícios mais altos.

CONCLUSÃO

É impossível prever em qual sentido irá caminhar essa política de “revitalização” do “centro histórico” de Santos. A disputa política e simbólica entre forças desiguais por um espaço da cidade é clara, e acentuada por esse projeto que pode ser comparado ao de um Museu a céu aberto.

A cultura, nele, aparece monumentalizada, com valor de exposição, dotada de forma, mas ausente de conteúdo. As referências ao passado são nostálgicas e romantizadas. O uso do patrimônio é estritamente turístico, sem qualquer espécie de capilaridade com a comunidade de seu entorno.

Dessa maneira, ainda que o embate possa ter novos desdobramentos, podemos perceber que, hoje, trata-se de mais uma intervenção urbana que, em relação aos moradores dos cortiços, “os afeta, mas não os inclui” (Lanna, 1996). O “centro histórico”, portanto,

enquanto museu, é mais uma maneira de se explorar e privatizar o espaço público sem incluir nele o conflito (Oliveira, 2002) do que uma política de preservação da cultura e da identidade coletiva.

A memória, a qual esse novo-velho centro faz referência, é seletiva. E, da maneira como o projeto vem sendo implementado em Santos, torna-se também pouco democrática, já que, claramente, cria efetivas barreiras simbólicas de acesso aos moradores dos cortiços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007;

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (coord) **De Volta à Cidade**. São Paulo; Annablume. 2006.

CHALHOUB, S. **Classes perigosas in Trabalhadores**, nº 6. Campinas, 1990, p. 2-22.

_____. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo; Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GITAHY, M. L. **Porto de Santos – 1888-1908 in Libertários no Brasil**, PRADO, A. (org.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

HARVEY, David. **A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura** in MORAES, D. de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003;

KARA-JOSÉ, B. **Políticas Culturais e Negócios Urbanos: a instrumentalização da Cultura na Revitalização do Centro de São Paulo 1975-2000**. São Paulo; Annablume, 2007.

LANNA, A. L. D. **Uma Cidade na Transição – Santos: 1870-1913**. São Paulo; Editora Hucitec. 1996.

LEITE, R.P. **Contra-Usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LEMOS, C. A. **O que é Patrimônio Histórico?** São Paulo; Brasiliense, 1987

OLIVEIRA, F. de. (2002) **Aproximações ao Enigma: o que é Desenvolvimento Local?** in **Novos Contornos da gestão local: conceitos em construção**. CACCIA-BAVA, S., PAULICS, V. e SPINK, P. (orgs.) São Paulo; Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002.

POLLACK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio** in **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989, p.3-15.

_____. **Memória e Identidade Social** in **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n° 10, 1992, p.200-212.

RIFKIN, J. **A Era do Acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SMITH, N. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City.** New York. Routledge. 1996.

SPINK, Peter. **O lugar do lugar na Análise Organizacional.** Revista da Administração Contemporânea, Edição Especial. 2001.

ⁱ Na busca de se caracterizar o passado da cidade como “glorioso” ou “os velhos bons tempos” (Oliveira, 2002) é utilizada a justificativa de que, à época, a cidade desempenhava um papel efetivamente importante no cenário nacional, o que teria se perdido com o tempo – e com a diversificação da economia nacional para além do café.